

“A cidade converte-se em cidade educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar...; sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada.”

Paulo Freire

“O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial.

Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.”

Carta das Cidades Educadoras

I - PREÂMBULO

A intenção de adesão do Município à Associação Internacional das Cidades Educadoras tem na sua base a tomada de consciência da amplitude do conceito **EDUCAÇÃO**, que não se limita apenas às resoluções de problemas operacionais, de comunidades escolares concretas, mas abarca toda a sociedade civil, nos vários estádios da sua vivência pessoal e social, com necessidades e vivências necessariamente diferentes. De referir que o conceito de cidade é neste contexto similar ao conceito de Município, não estando sujeito a critérios administrativos.

Nesta aceção de **EDUCAÇÃO**, não se pode deixar de perceber a ação municipal como uma estratégia integradora que passa inevitavelmente pela realização de um trabalho colaborativo e em rede, quer a nível interno quer na sua ação externa, considerando a sociedade civil em todas as esferas da vida pública, informando em simultâneo a sua intervenção com os seus contributos e práticas.

Os princípios vertidos na Carta das Cidades Educadoras, documento base deste movimento internacional, assentam em pressupostos abrangentes, universais e basilares no que respeita ao funcionamento das sociedades, bem como, na definição e prossecução de políticas locais, regionais ou a um nível mais macro. Destacamos o direito dos cidadãos no acesso em condições de liberdade e igualdade aos meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal no contexto da sua Cidade/Município; a promoção de uma educação para a diversidade, para a compreensão e para a cooperação solidária internacional, contribuindo para a correção das desigualdades; o fomento do diálogo entre gerações; a definição de políticas educativas municipais promotoras de justiça social, civismo democrático e qualidade de vida dos seus habitantes; a Cidade/Município deve saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade pessoal, valorizando os seus costumes e as suas origens; o planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento social; a Cidade/Município deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e co-responsável; o Município deverá avaliar o impacto das suas ofertas culturais, recreativas e educativas, bem como, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidas à sociedade civil.

O Município de Vila Verde tem desenvolvido várias iniciativas e projetos que refletem estes pressupostos e que têm na sua génese a premissa de envolver gradualmente os cidadãos e cidadãs na tomada de decisões que lhes respeitem, bem como, a implementação de ações tendentes ao crescimento económico, social e cultural do concelho e consequentemente de cada indivíduo.

Destacamos as seguintes:

- A implementação do **Orçamento Participativo**, como um instrumento de participação democrática dos cidadãos e cidadãs. A concretização deste projeto contribui para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorar a qualidade de vida das populações e promover o exercício de uma cidadania informada, ativa e responsável.

- A **modernização administrativa** em curso, que tem permitido responder de forma mais célere e eficaz às solicitações dos munícipes, permitindo um trabalho de maior proximidade, correspondendo assim às suas necessidades.

- A implementação de projetos na área da **“Igualdade de Género”**, junto dos trabalhadores e trabalhadoras do Município, com o objetivo principal de debater questões relacionadas sobretudo com a conciliação da vida familiar e vida profissional. Estes projetos comungam dos desígnios nacionais relacionados com a difusão de valores da igualdade de género através da educação e formação, bem como, a promoção de igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

- Apoio a projetos cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, nomeadamente o **Projeto + Giro** inserido no **Programa Escolhas**.

- Apoio ao trabalho desenvolvido pela **Aliança Artesanal** na promoção do emprego principalmente no que respeita às mulheres, contribuindo para a sua formação e emancipação, bem como, na preservação das tradições identitárias de Vila Verde.

- A dinamização de uma agenda **“Casa do Conhecimento”**, dado que ainda não se dispõe de uma estrutura física, com a realização de inúmeras atividades de carácter inovador e tecnológico, junto de vários segmentos da população que nelas participam como atores e espectadores. Foram ainda criadas as condições para o alargamento da oferta educativa no Município, concretizado pelo funcionamento de um **Mestrado em Tecnologia Educativa** da responsabilidade da Universidade do Minho. No próximo ano letivo, funcionará um Curso de Formação Especializada designado **“Infância, Atividade Lúdica e Brinquedo”**, da responsabilidade da referida Universidade.

- A criação de um roteiro cultural e artístico denominado **“Vila Verde, Vila Criativa”**, que integra uma programação que compreende várias atividades desde exposições, ateliers criativos, concertos de música, teatro e o projeto **Bienal da Escola**. Este último projeto nasce de um projeto maior, a **Bienal Internacional de Arte Jovem**, que tem investido sobretudo na inovação, assumindo-se como um meio e um instrumento de proximidade à população e que coloca a criatividade e a arte ao serviço do território e da sua comunidade.

- Desenvolvimento de políticas e estratégias de **promoção da atividade desportiva e de lazer**, através da criação de uma rede de equipamentos e a implementação de atividades e programas de apoio direcionadas para a população em geral, para a comunidade educativa, como também, para a população sénior através do programa **Seniores Ativos**;

- Realização e **implementação de um leque de Jornadas Temáticas- Jornadas Locais de Desenvolvimento**- que contam com o envolvimento de especialistas dos diferentes setores (cultura, turismo, ambiente, empreendedorismo, educação, planeamento e urbanismo), assim como com o contributo da comunidade em geral, que é convidada a participar e a refletir sobre a realidade do concelho e os vários domínios da sua atividade.

- Finalmente, o Município em parceria com outras entidades, esteve na génese da criação do **Instituto Empresarial do Minho**, cuja missão passa por estimular e apoiar o arranque, desenvolvimento e fixação de atividades económicas de «alto valor» acrescentado e «elevado potencial tecnológico em termos de inovação e empreendedorismo» na região. O objetivo é contribuir para a alteração progressiva do perfil de especialização da Região, induzindo à modernização dos sectores tradicionais por ação, direta ou indireta, dos projetos a criar no seu âmbito.

II – PRESSUPOSTOS

Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o quadriénio 2013/2016, é assumido pelo Município de Vila Verde que a **simbiose entre ricas e multifacetadas tradições seculares e a atenção e valorização permanente do conhecimento e da inovação tecnológica**, representa um valor acrescentado cuja otimização se concretiza numa estratégia de promoção das potencialidades locais, de realização de programas articulados de incremento cultural e económico e na aposta em áreas fulcrais para o desenvolvimento, como a educação, a cultura e o turismo.

Privilegiando como tema central a **dignificação e valorização das pessoas**, coloca-se o enfoque em projetos e ações de proximidade, envolvendo instituições locais, agentes económicos, sociais e culturais em intervenções céleres e eficazes que potenciem o apoio criterioso a toda a população, principalmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Esta afirmação de um modelo político de cariz humanizante far-se-á, também e principalmente, sentir na defesa dos direitos fundamentais da população, em matéria de educação, de equipamentos e serviços sociais e de saúde, e na prioridade a projetos suscetíveis de atrair investimento privado gerador de riqueza e de novos empregos, condição *sine qua non* para a fixação das pessoas e para a dignificação das suas condições de vida.

O maior desafio reside, na premente necessidade de a Autarquia ser, cada dia que passa, mais eficiente e capaz de **promover políticas municipais e ações, no terreno, ajustadas às novas necessidades da sociedade e da economia**. O investimento na educação, o planeamento e a gestão territoriais e a requalificação urbanística avultam entre os grandes vetores do desenvolvimento de um Município atento à situação do país e às reais necessidades e anseios das populações. Não se pode também e principalmente perder de vista premissas como a sustentabilidade ambiental, a preservação e valorização do património, a dinamização e aprofundamento da vida cultural, a ação social e a valorização do conhecimento e da inovação enquanto molas propulsoras de um Concelho que pretende crescer.

O **empreendedorismo e a captação de investimentos** emergem igualmente como palavras-chave para dinamizar uma política de promoção e valorização das potencialidades endógenas do território e para promover o avanço de projetos de desenvolvimento local em áreas importantes para o progresso e bem-estar das populações.

A **defesa e valorização das imensas potencialidades naturais e culturais do território concelho** e a implementação de políticas de coesão territorial, de afirmação da identidade do Concelho

e de projeção de uma imagem exterior positiva, representam um outro vetor estratégico a desenvolver tendo em vista a atracção de novos públicos e a dinamização do turismo e da economia locais.

A **Educação** é, indubitavelmente, uma vertente prioritária em qualquer sociedade ou território que ambicione patamares mais elevados de desenvolvimento e que coloca no topo das suas prioridades a dignificação e o bem-estar de todos os cidadãos. Sendo um fator determinante do progresso, a Educação é um dos principais pilares do desenvolvimento sociocultural, político e económico.

O *movimento das Cidades Educadoras* teve início em 1990 com a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, na cidade de Barcelona. Um grupo de cidades, representadas pelos seus governos locais, definiu como objetivo comum trabalhar conjuntamente em projetos e atividades, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, a partir da sua implicação ativa, no uso e evolução da própria cidade, de acordo com uma Carta de princípios a que devem obedecer. Trata-se de um compromisso formal, com carácter vinculativo, que todas as cidades são obrigadas a subscrever aquando da formulação da sua adesão. Esta Carta elaborada no congresso de 1990 foi inicialmente designada por Declaração de Barcelona, tendo sido atualizada respetivamente; em 1994 no III Congresso de Bolonha e em 2004 no VIII Congresso Internacional de Génova. Acordando em vinte princípios, a referida carta defende na sua essência que *“todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades económicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes”*.

Para que uma cidade se transforme em educadora é necessário que assuma, através das suas políticas, a intencionalidade formativa *dos e nos* seus projetos, com vista a apoiar o desenvolvimento integral dos cidadãos. A cidade educa, nomeadamente através das instituições e das propostas culturais que veicula, das políticas ambientais, do tecido produtivo, do associativismo local entre outros. É pois necessário, que se proponha objetivamente a trabalhar para o desenvolvimento de comportamentos que implementem a qualidade de vida dos seus cidadãos, constituindo-se como uma proposta integradora da vida comunitária. Isto implica um compromisso por parte do poder local, enquanto representante dos seus habitantes, no sentido de agregar, num projeto político, os princípios de uma cidade educadora. Tal compromisso depende da colaboração de todos, num esforço organizado de trabalho em rede em prol de objetivos comuns.

Neste sentido, torna-se pertinente repensar o potencial educativo das cidades promovendo a interação entre as pessoas, (re)valorizando os espaços comunitários e as instituições.

II.1 PERMISSAS BASILARES

A Cidade/Município como agente educador:

→ Todas as cidades são fonte de educação. A cidade educa não só através das suas instituições educativas tradicionais, das suas propostas culturais, mas também através da sua planificação urbana, das suas políticas ambientais, dos seus meios de comunicação, do seu tecido produtivo, das suas empresas, e de todos os outros setores da sociedade.

→ Assume o compromisso de fomentar, através das suas políticas, informação compreensível para todos os cidadãos, o envolvimento e a participação destes, a convivência e o civismo, a saúde e a sustentabilidade.

A Cidade/Município Educador um projeto partilhado:

→ A Cidade Educadora constitui um projeto a ser partilhado pelas autoridades locais e a sociedade civil que responde à atual necessidade de desenvolver políticas ativas integrais de desenvolvimento pessoal e coletivo.

→ O conhecimento mútuo e a coordenação das tarefas educativas desenvolvidas ao nível das distintas áreas das autarquias locais, tais como a cultura, educação, transportes, urbanismo, turismo, desporto, saúde, entre outras, permite evitar redundâncias e impulsionar programas mais interativos e eficazes.

A Cidade/Município educador - um direito do cidadão

→ As cidades vivem permutas sociais, culturais, políticas e económicas que geram novas necessidades e novas oportunidades de aprendizagem e de formação.

→ Ir ao encontro do direito a uma Cidade Educadora, implica o estabelecimento de políticas que garantam, além da não discriminação por razões de sexo, idade, grupo étnico-social, estatuto socioeconómico, ou outro, o implemento de boas práticas de integração.

A Cidade/Município educador - um motor cultural, social e económico

→ A Cidade Educadora, enquanto cidade aberta, respeitadora e criativa, favorece um progresso social e económico sustentável à escala global.

→ A Cidade Educadora estimula a aprendizagem ao longo da vida, gera inovação, capital humano e favorece o crescimento do tecido social, oferecendo a todos os cidadãos a possibilidade de desenvolver as suas próprias iniciativas associativas ou empresariais contribuindo, assim, para a Sociedade do Conhecimento.

Em suma, a cidade é educadora quando imprime esta intencionalidade à forma como se apresenta aos seus cidadãos. É decisivo o envolvimento dos governos locais na construção de cidades educadoras. Os responsáveis municipais devem procurar desenvolver a dimensão educativa, presente nas diversas políticas locais.

A cidade educadora é ao mesmo tempo uma proposta e um compromisso necessariamente partilhados, pelos governos locais e sociedade civil.

Neste conceito, a educação em sentido amplo, constitui o eixo fundamental e transversal do seu projeto político. Está intimamente relacionados com outros, tais como, a equidade, a cidadania inclusiva, a coesão, a sustentabilidade ou a educação para a paz.

As cidades educadoras, com as suas instituições educativas formais, as suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e as informais (não intencionais ou planificadas), deverão colaborar, bilateral ou multilateralmente, tornando realidade a troca de experiências. Com espírito de cooperação, apoiarão mutuamente os projetos de estudo e investimento, seja sob a forma de colaboração direta ou em colaboração com organismos internacionais.

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e formas de descoberta da realidade que se produzam no Município.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia.

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade pessoal e complexa, de forma a torna-la única e constituir a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e facto de coesão entre as pessoas.

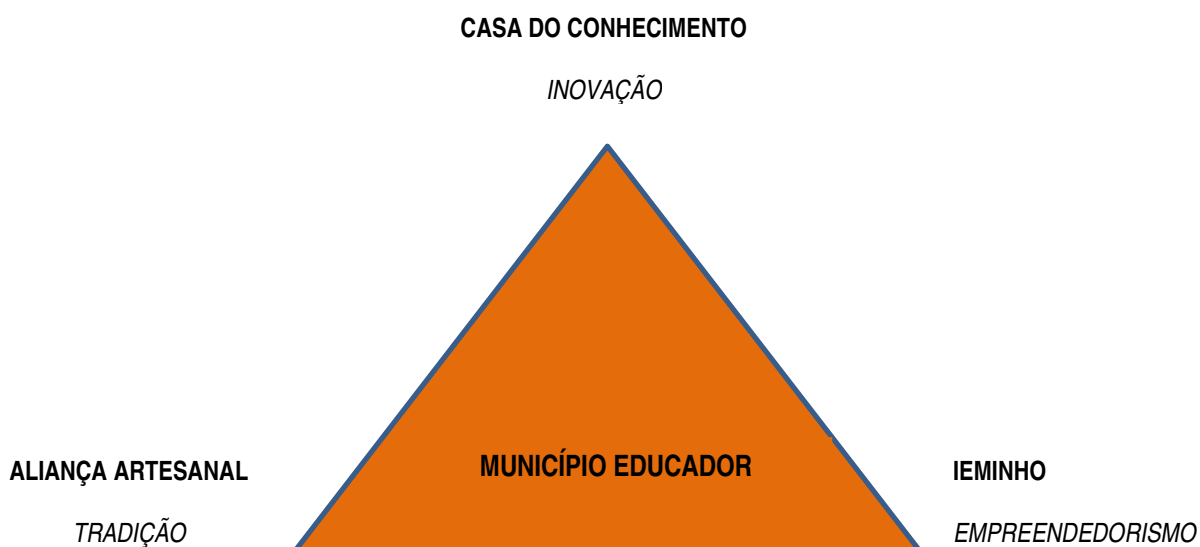
III – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

III.I MISSÃO

Esta proposta de adesão assenta, assim, numa missão do Município, que congrega os vários princípios e objetivos enunciados, e que se consubstancia na assunção de um papel regulador e potenciador de dinâmicas Educativas nas suas comunidades, congregando esforços de várias entidades com responsabilidades a este nível e que possam contribuir para o desenvolvimento de um trabalho válido e sustentado.

A estratégia municipal tem necessariamente de planear a sua ação Educativa, com base na seleção de indicadores pertinentes e relevantes, que abarquem todas as esferas da sociedade civil. Cabe ao Município ter um papel regulador e potenciador da articulação com todos os intervenientes no processo educativo. Envolvendo todas as entidades e organismos com ação no domínio da Educação, teremos um conhecimento mais profundo dos problemas e potencialidades da realidade educativa do Município, permitindo-nos desenvolver uma ação mais concertada. O trabalho em rede, permitirá articuladamente, superar vários desafios, em que o Município, numa perspetiva educativa e aberta a outros saberes e conhecimentos, poderá compreender mais e melhor como é que esta ação coletiva poderá melhorar a vida dos seus Municípes.

Assim, a adesão do Município de Vila Verde ao movimento das Cidades Educadoras, assenta em três vetores principais:



- **O Vetor Tradição**, no contexto do qual salientamos o trabalho desenvolvido pela **Régie-Cooperativa Aliança Artesanal**, constituída com o apoio do Programa ILE – Iniciativas Locais de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional Aliança Artesanal. A cultura é, seguramente, um fator de diferenciação e de desenvolvimento sustentável, que deve andar aliado à qualidade, à exigência, à capacidade de preservar o património material e imaterial, à valorização da tradição e das raízes e ao estímulo da criatividade e da inovação.

Vila Verde é, no contexto regional e nacional, um dos municípios que mais se tem evidenciado pela sua dinâmica cultural. Um concelho que preserva uma ruralidade autêntica, a par de um desenvolvimento económico e social, que acompanha as mais modernas tendências culturais e as mais avançadas inovações tecnológicas.

Num período de crise global, a crescente focalização na vertente da cultura, tem-se revelado um bom investimento e uma opção estratégica eficaz com ganhos de eficiência evidentes, a avaliar pelas suas consequências diretas e indiretas ao nível da promoção turística, da valorização do território, da notoriedade dos seus eventos e da singularidade acrescentada. Exemplos dessa aposta são a Iniciativa “Namorar Portugal” inserida na programação “*Fevereiro Mês do Romance*”, as Festas Concelhias de Stº António, bem como, a Festa das Colheitas, que esteve na génese do programa “Na Rota das Colheitas”.

A Aliança Artesanal tem como objetivos apoiar as iniciativas de artesãos individuais, dos centros ou cooperativas de artesanato, na perspetiva de preservação do valor cultural e patrimonial do artesanato de qualidade e, dessa forma, criar condições para apoiar o aumento do rendimento familiar ou criação de novos postos de trabalho; a Igualdade de Oportunidades; comercializar no País ou para exportação, o artesanato de qualidade produzido nos centros, cooperativas e de artesãos isolados; participar na divulgação, no País e no estrangeiro, das diversas formas dessa cultura e de produção artística de alta qualidade; promover a informação e a formação profissional que facilite uma melhor empregabilidade e a aquisição de competências, saberes e atitudes profissionais com vista a uma maior autonomia pessoal e profissional.

O empenhamento da Aliança Artesanal na promoção de iniciativas que envolvem a respetiva comunidade, as escolas e o público juvenil, tem sido fundamental para assegurar a sobrevivência dos Lenços de Namorados e a sua proteção, alcançando-se a tão desejada revitalização deste património.

Os Lenços de Namorados apesar de continuarem a ser produzidos em toda a região do Minho, após um processo de revitalização destes pela Aliança Artesanal e pelo Município de Vila Verde, converteram-se num ícone identitário do concelho de Vila Verde. Há como que uma reclamação identitária e nesse sentido são tomadas medidas para potenciar a sua revalorização: preservação e transmissão desta tradição para o futuro.

A Cooperativa detém de um espaço expositivo dignificado, que pretende valorizar o Património Material e Imaterial, facilitando a sua projeção junto do público consumidor enquanto visitante. Os públicos em idade escolar são também especialmente considerados no espaço expositivo, uma vez que a motivação e o enriquecimento cultural da juventude passam também por experiências e aquisição de conhecimentos em ambientes de educação não formal.

A Aliança Artesanal é um espaço de intercâmbios culturais onde os visitantes se podem rever na troca de memórias, no relato de experiências vividas e no toque ou no olhar de cada Lenço de Namorados e/ou noutros produtos derivados, nomeadamente as peças de cerâmica pintadas manualmente com os motivos dos Lenços.

Vetor Conhecimento/Inovação – Neste vetor destacamos a **Casa do Conhecimento** como espaço e infraestrutura basilar no capítulo da inovação, uma vez que terá todas as condições para explorar as infindáveis potencialidades das tecnologias de informação e apostará fortemente na melhoria das competências digitais das populações.

Trata-se de uma aposta estratégica e um exemplo concreto de inovação aberta no setor público que se constitui como um equipamento municipal com um conjunto de serviços associados. Este projeto tem uma implantação local mas uma atuação que pretende extravasar os limites geográficos do concelho de Vila Verde, nomeadamente ao nível da região do Minho, e que visa criar uma nova centralidade urbana por via do digital.

Na sociedade em rede que caracteriza os tempos atuais, pautada por um ritmo acelerado de mudança, é de referir o papel que as tecnologias de informação assumem ao reduzirem ou até eliminarem distância e tempo, mas também as exigências que impõem ao nível da necessária integração das comunidades locais, como nós ativos de uma sociedade em rede na era da informação e do conhecimento, e ao nível das competências e aptidões que importa que estas desenvolvam. A escola e o mercado de trabalho exigem pessoas, alunos, instituições e empresas mais criativas, inovadoras e empreendedoras, capazes de desenvolverem atividades de valor acrescentado por via das tecnologias, do digital e do conhecimento. Trata-se de um **investimento no potencial endógeno** e no capital humano que não é garantido quando se tem apenas em conta as regras de mercado, por isso impulsionado por uma instituição pública e ancorada numa estratégia municipal de política pública para a educação e inclusão digitais, mas também do aproveitamento pleno das competências e do conhecimento que reside nas comunidades locais como meio para potenciar o desenvolvimento económico e social e desenvolver o empreendedorismo de base local.

Trata-se de disponibilizar um conjunto de serviços que possibilitam **o acesso a tecnologias de informação** aplicadas em contextos do quotidiano, sejam estes de formação, cidadania, trabalho ou

lazer, contribuindo, desta forma, para o incremento das competências das populações. Estarão assim garantidas as condições, pelo papel fulcral das tecnologias de informação na economia global e na sociedade em rede, para combater a exclusão digital e conseqüentemente a exclusão social.

A Casa do Conhecimento representa um contributo muito relevante para a implementação de uma cidade educadora ao constituir-se como uma **infraestrutura urbana de cariz tecnológico para a conectividade digital**; contribuir para o incremento das competências das populações em termos do digital e da tecnologia; assumir-se como um exemplo de inovação pública; promover a inclusão digital e potenciar o desenvolvimento económico e social e a atração de talentos e de investimento.

Assim, assume na **sua missão promover o conhecimento, a criatividade e a inovação na Sociedade da Informação**, em condições de igualdade de oportunidades no acesso e na eficiente utilização das tecnologias de informação, contribuindo para o incremento das competências e qualificações das populações e para o desenvolvimento social, cultural e económico da região.

Este espaço irá dar um contributo fundamental na resposta às crescentes e permanentes exigências da sociedade moderna em termos das capacidades e competências que exige aos alunos e trabalhadores da Sociedade do Conhecimento. Esta exigência aliada à crescente mobilidade das pessoas e à inovação tecnológica, obrigam a assumir o paradigma da aprendizagem ao longo e ao largo da vida como princípio norteador da sua atividade em termos de oferta de atividades que cubram todo o espectro de necessidades formativas, desde a iniciação, passando pelo aperfeiçoamento e reciclagem até à especialização

Assim, importa contribuir para o acesso às tecnologias e para a capacitação das populações, promover a participação das comunidades locais, dinamizar o conceito de tecnologias criativas potenciando, atraindo e fixando talentos e operacionalizar o conceito de serviço de proximidade, ao nível da cultura científica, tecnológica e da educação não-formal.

O **estímulo à capacidade de criação e de inovação, com o objetivo de promover o alargamento do campo da atividade artística** a novas formas, designadamente as que decorrem do desenvolvimento das novas tecnologias, tem sido uma aposta do município de Vila Verde, exemplo disso tem sido ao longo dos últimos anos a realização da **Bienal Internacional de Arte Jovem**.

Esta Bienal (criada em 1999 pelo Município de Vila Verde em colaboração com a Associação de Artistas do Baixo Minho/D'Arte) tem-se demarcado pelo seu efeito catalisador de sinergias, dinâmicas, experiência e prestígio dos mais diversos agentes culturais parceiros.

Acentuando-se o facto de ser das poucas bienais jovens ao nível da Pais e da Península Ibérica, este evento tem como princípios subjacentes a descoberta de novos valores e talentos, a formação de públicos, a promoção do contacto dos mais jovens, em particular, e da comunidade em geral com

distintas expressões, facilitando, desta forma, a descentralização da oferta cultural e a “democratização” da arte, tornando-a acessível a todos.

Para além de um Concurso Internacional dirigido aos jovens artistas e que culmina numa exposição dos trabalhos selecionados, a Bienal tem como parceiros privilegiados as Universidades do país, as Escolas de Arte, as Associações de Artistas, as principais Fundações do país. Estas parcerias e o trabalho em rede em muito têm valorizado a notoriedade deste evento.

A par destes, a estratégia da Bienal tem passado pelo envolvimento direto das escolas do concelho e de toda a comunidade educativa, facto que culminou com a criação do projeto “ **A Bienal na Escola**”, que já vai na sua 4ª edição.

Trata-se de uma iniciativa dirigida a todos os alunos dos diversos graus de ensino das escolas do concelho, através da realização de workshops, ateliers, oficinas de arte dinamizadas por artistas consagrados e um concurso com o intuito de se construir uma consciência para a arte e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento artístico junto deste público. Deste modo, é legítimo afirmar que a Bienal encetou um caminho de rutura com as suas próprias fronteiras, assumindo-se como um meio e **um instrumento de proximidade à população e que coloca a criatividade ao serviço do território e da sua comunidade.**

Tendencialmente, e pelo facto de se tratar de uma bienal jovem que se desenvolve num concelho que tem sabido investir na inovação, tendo a sua expressão máxima na Casa do Conhecimento, este evento e o conceito a ele associado tem apostado na valorização das correntes emergentes da criação artística (arte/ciência/tecnologia) antecipando, deste modo, o dinamismo das sinergias criativas em torno da “Casa do Conhecimento”, da “casa das Artes” e da experiência acumulada pela incubadora de empresas de base tecnológica do IEMINHO.

Uma relação perfeita e harmoniosa em prol da promoção da criatividade, da inovação e do empreendedorismo, assim como das novas tendências da criação artística, das indústrias criativas e do impacto destas novas tendências na produção de conhecimento e de riqueza, no contexto da economia local e regional.

Uma dinâmica que permitiu e justificou a criação de um roteiro cultural e artístico consubstanciado na programação “**Vila Verde, Vila Criativa**”. Uma programação que perdura ao longo de vários meses e que compreende um leque de atividades desde exposições, a ateliers criativos, a concertos de música, teatro, exposições, apresentações de livros, seminários e o projeto A Bienal na Escola.

Vetor Empreendedorismo – A economia é um dos motores da evolução das sociedades, assim, compete ao Município estar atento às dinâmicas da economia local e funcionar como um dos

indutores do empreendedorismo e da atração de investimento, condições fundamentais para o fomento da produção local de riqueza e consequente criação de postos de trabalho.

Neste contexto., o **IE-MINHO – Instituto Empresarial do Minho** continuará a desempenhar um papel fundamental no apoio à economia local, através do incentivo ao empreendedorismo e à inovação empresarial. A sua missão **passa por estimular e apoiar o arranque, desenvolvimento e fixação de atividades económicas de «alto valor» acrescentado e «elevado potencial tecnológico em termos de inovação e empreendedorismo» na Região**. O objetivo é contribuir para a alteração progressiva do perfil de especialização da Região, induzindo à modernização dos sectores tradicionais por ação, direta ou indireta, dos projetos a criar no seu âmbito.

IV - CONCLUSÃO

A adesão do município de Vila Verde à Rede de Cidades Educadoras pretende favorecer o desenvolvimento de um trabalho ainda mais colaborativo e integrador no Concelho, criando as bases para a realização de projetos que agreguem os vários setores de atividade da responsabilidade do Município, permitindo a partilha e interação entre diferentes áreas e estruturas.

Os equipamentos existem, as condições físicas estão criadas ou em criação, os projetos e as iniciativas estão no terreno num crescendo de afirmação e qualidade, sendo necessário potenciar todo o capital humano e material existente, em torno de um projeto e conceito comuns, cujo objetivo central é o desenvolvimento social. O mote é a Educação, no seu sentido mais amplo e transversal.

Dada a crescente responsabilização dos Municípios na construção e gestão das cidades, bem como, na formação de cidadãos, tidos como agentes interventores, a cidade é desafiada a refletir sobre a sua missão educadora, que ultrapassa as intervenções no domínio da educação dita formal.

Uma cidade educadora propõe-se promover a cidadania, desenvolvendo as condições necessárias para o seu exercício no âmbito da democracia participativa e solidária. É nesta medida que as cidades educadoras prestam um serviço público de maior importância ao empreenderem, de forma intencional e cooperada, políticas que promovam ações orientadas para uma abordagem preventiva e promotora do bem-estar, subscrevendo a importância do papel cívico e solidário dos cidadãos.